

# MUNICÍPIO DE TAMARANA

## ESTADO DO PARANÁ

### LEI Nº 1.031 DE 30 DE MAIO DE 2014

*Dispõe sobre a constituição do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e os procedimentos de inspeção sanitária de estabelecimentos que produzam bebidas e alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal, em conformidade com a Lei Federal nº 8.171/91 e com o Decreto Federal nº 5.741/06, que constituiu o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), e dá outras providências.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** A inspeção sanitária das bebidas e alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal refere-se ao processo sistemático de acompanhamento, avaliação e controle sanitário, compreendido da matéria-prima até a elaboração do produto final e será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura.

**§ 1º** A presença do inspetor nos estabelecimentos é obrigatória no momento de abate de animais, quando se tratar de abatedouro, para a inspeção *ante e pós mortem* dos animais e das carcaças.

**§ 2º** Não será necessária a presença permanente do inspetor nos estabelecimentos, sendo que a inspeção se dará através de visitas rotineiras ou eventuais dos inspetores, exceto nos momentos de abate de animais, previsto no parágrafo primeiro deste artigo.

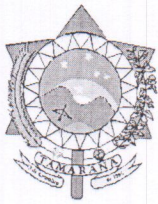
**§ 3º** A inspeção sanitária se dará:

I - nos estabelecimentos que recebam animais, matérias-primas, produtos, subprodutos e seus derivados, de origem animal e vegetal, para beneficiamento ou industrialização, com o objetivo de obtenção de bebidas e alimentos de consumo humano, excluídos restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares;

II - nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas de origem animal e vegetal, em caráter complementar e com a parceria da defesa sanitária animal e vegetal, para identificar as causas de problemas sanitários apurados na matéria-prima e/ou nos produtos no estabelecimento industrial.

**Art. 2º** A Secretaria Municipal de Agricultura, através do Departamento de Agricultura, estabelecerá parceria e cooperação técnica com os Municípios, o Estado





## MUNICÍPIO DE TAMARANA

### ESTADO DO PARANÁ

do Paraná e a União, além de participar de consórcio de Municípios para facilitar o desenvolvimento de atividades relativas à inspeção sanitária, em consonância com o SUASA.

§ 1º Caberá ao Serviço de Inspeção do Município de Tamarana a responsabilidade das atividades de inspeção sanitária.

§ 2º Após a adesão do SIM ao SUASA, os produtos inspecionados poderão ser comercializados em todo o território nacional.

**Art. 3º** A fiscalização sanitária refere-se ao controle sanitário das bebidas e produtos alimentícios de origem animal e vegetal após a etapa de elaboração, compreendida na armazenagem, no transporte, na distribuição e na comercialização até o consumo final e será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, incluídos restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares.

**Parágrafo Único.** A fiscalização prevista no *caput* deste artigo se dará em consonância com a Lei Federal nº 8.080/90.

**Art. 4º** Todas as ações da inspeção e da fiscalização sanitária serão executadas visando a um processo de educação sanitária.

**Art. 5º** A inspeção e a fiscalização sanitária serão desenvolvidas em sintonia, evitando-se superposições, paralelismos e duplicidade de inspeção e fiscalização sanitária.

**Art. 6º** Será constituído o Conselho de Inspeção Sanitária para aconselhar, sugerir, debater e definir assuntos ligados à execução dos serviços de inspeção e de fiscalização sanitária e sobre a criação de regulamentos e demais atos oficiais referentes ao tema.

**Parágrafo Único.** O Conselho citado no *caput* deste artigo será constituído por 06 (seis) membros titulares e 06 (seis) suplentes, divididos de forma paritária entre órgãos governamentais e não governamentais, na seguinte proporção:

Membros Governamentais:

Titulares:

01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Agricultura.

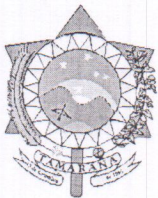
Suplentes:

01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Agricultura.

Membros Não-Governamentais:





## MUNICÍPIO DE TAMARANA

### ESTADO DO PARANÁ

Titulares:

- 01 (um) representante da sociedade civil, na condição de consumidor;
- 02 (dois) representantes dos agricultores.

Suplentes:

- 01 (um) representante da sociedade civil, na condição de consumidor;
- 02 (dois) representantes dos agricultores.

**Art. 7º** Será criado um sistema único de informações sobre todo o trabalho e procedimentos de inspeção e de fiscalização sanitária.

**Parágrafo Único.** Será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura e da Secretaria Municipal de Saúde a alimentação e manutenção do sistema único de informações sobre a inspeção e a fiscalização sanitária do respectivo Município.

**Art. 8º** Para obter o registro no serviço de inspeção, o estabelecimento deverá apresentar o pedido instruído pelos seguintes documentos:

I - requerimento simples dirigido ao responsável pelo serviço de inspeção, indicando a adoção de Boas Práticas de Fabricação;

II - CNPJ ou a inscrição do produtor rural na Secretaria da Fazenda Estadual;

III - planta baixa ou croquis das instalações, com layout dos equipamentos e memorial descritivo simples e sucinto da obra, com destaque para a fonte e a forma de abastecimento de água, sistema de escoamento e de tratamento do esgoto e resíduos industriais e proteção empregada contra insetos;

IV - memorial descritivo simplificado dos procedimentos e padrão de higiene a serem adotados;

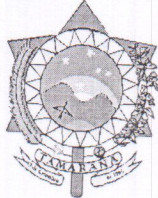
V - descrição dos dizeres de rotulagem para cada produto;

VI - boletim oficial de exame da água de abastecimento, caso não disponha de água tratada, cujas características devem se enquadrar nos padrões microbiológicos e químicos oficiais.

**Parágrafo Único.** É vedada a limitação de acesso ao registro sanitário e à comercialização das bebidas e alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal em função do caráter estrutural, incluindo escalas das construções, instalações, máquinas e equipamentos, desde que asseguradas a higiene, a sanidade e a inocuidade das bebidas e alimentos de consumo humano.

**Art. 9º** O estabelecimento pode trabalhar com mais de um tipo de atividade, devendo, para isso, prever os equipamentos de acordo com a necessidade para tal e, no caso de empregar a mesma linha de processamento, deverá ser concluída uma atividade para depois iniciar a outra.





## MUNICÍPIO DE TAMARANA

### ESTADO DO PARANÁ

**Art. 10** A embalagem das bebidas e alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal deverá obedecer às condições de higiene necessárias à boa conservação do produto, sem colocar em risco a saúde do consumidor, obedecendo às normas estipuladas em legislação pertinente.

**Parágrafo Primeiro.** Quando a granel, os produtos serão expostos ao consumo acompanhados de folhetos ou cartazes de forma visível e legível, contendo informações previstas no caput deste artigo.

**Art. 11** Os produtos deverão ser transportados e armazenados em condições adequadas para a preservação de sua sanidade e inocuidade.

**Art. 12** A matéria-prima, os animais, os produtos, os subprodutos e os insumos deverão seguir padrões de sanidade definidos em regulamento e atos legais específicos.

**Art. 13** Os recursos financeiros necessários à implementação da presente Lei e do Serviço de Inspeção Municipal serão fornecidos pelas verbas alocadas na Secretaria Municipal de Agricultura, constantes no Orçamento próprio do Município.

**Art. 14** Os casos omissos ou de dúvidas que surgirem na execução da presente Lei, bem como a sua regulamentação, serão resolvidos através de resoluções e decretos emanados pela Chefia do Executivo, em conjunto com a Secretaria Municipal de Agricultura, após debatido no Conselho de Inspeção Sanitária.

**Art. 15** Ficam revogadas as disposições em contrário a esta Lei.

**Art. 16** O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

**Art. 17** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tamarana, 30 de maio de 2014.

PAULINO DE SOUZA  
Prefeito

Autoria: Poder Executivo.